

CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Delegados da PF rebatem Andrei e negam ser bolsonaristas por criticarem mudanças no Caso Master

DIVULGAÇÃO



Diretor-geral da PF, Andrei se desfiliou da Associação dos Delegados de Polícia Federal

■ Delegados da Polícia Federal rebateram o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, e negaram ser bolsonaristas por criticarem o afastamento de dois investigadores do Caso Master, responsáveis por encontrar mensagens suspeitas entre o ministro Alexandre de Moraes (STF) e o banqueiro Daniel Vorcaro. Após receber críticas, Andrei se desfiliou da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e, nos bastidores, passou a acusar a entidade de servir à direita.

■ Integrantes da ADPF ouvidos pela coluna estranharam a reação do diretor-geral e lembraram que foi o próprio Andrei quem escolheu o atual presidente da associação, delegado Paiva, para integrar seu gabinete na direção-geral da Polícia Federal.

■ Paiva ocupou durante três anos o cargo de assessor de Assuntos Parlamentares de Andrei, uma função de confiança na cúpula da corporação.

■ Os delegados também destacaram que o auditório da ADPF, em Brasília, leva o nome do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, que comandou o Ministério da Justiça durante o primeiro mandato do presidente Lula.

■ Nesse contexto, integrantes da associação questionam a tentativa de associar a entidade ao bolsonarismo por condenar a retirada dos dois investigadores responsáveis por descobrir elementos de um caso que pode representar um dos maiores esquemas de corrupção do país.

■ Na Polícia Federal, há o entendimento de que a condução de um inquérito por um delegado deve ser preservada. Por isso, a retirada dos investigadores no decorrer das apurações, embora não seja necessariamente ilegal, é considerada imoral por integrantes da corporação, que veem na medida uma afronta aos princípios da instituição.

■ Outro ponto que torna a situação mais delicada, segundo os críticos da decisão, é a relação próxima de Andrei Rodrigues com autoridades citadas nas investigações, entre elas o ministro Alexandre de Moraes e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

TCU identifica "risco crítico" e determina fim de parceria de órgão do Ministério da Justiça com entidade das bets

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou um "risco crítico" em uma parceria firmada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com uma associação ligada ao mercado de apostas esportivas. A análise apontou irregularidades no acordo e levou à determinação de seu encerramento.

■ A parceria foi celebrada em outubro de 2025 com a Associação Nacional pela Segurança Jurídica dos Jogos e Apostas (Anseja), para o patrocínio e apoio a eventos institucionais do Cade. O acordo tinha duração prevista de cinco anos e não envolvia repasse financeiro direto à autarquia.

■ Segundo a unidade técnica do TCU, a continuidade da parceria representava um "risco crítico à integridade e à credibilidade institucional" do Cade. A avaliação apontou que o órgão não havia realizado uma análise prévia adequada dos riscos reputacionais, de integridade e de possíveis conflitos de interesses relacionados à associação.

■ A fiscalização também identificou irregularidades no procedimento de formalização do acordo, incluindo a inversão de etapas previstas no chamamento público e a produção de efeitos da parceria antes de sua publicação no Diário Oficial da União.

■ Outro ponto questionado foi a participação de representantes das entidades privadas na organização de um seminário promovido pelo Cade sobre o mercado de apostas. Mesmo após o cancelamento do patrocínio, integrantes das associações participaram do evento como palestrantes, situação considerada pelo Ministério Público junto ao TCU uma violação dos princípios da moralidade e da impessoalidade.

■ Durante a apuração, o tribunal também recebeu uma denúncia anônima sobre possíveis vínculos do presidente da Anseja, André Luiz Menezes Lins, com empresas de pagamentos suspeitas de operar para plataformas ilegais de apostas. O TCU ressaltou que as informações eram apenas indícios, ainda não comprovados.

■ Diante das irregularidades, o tribunal determinou a rescisão do acordo e o encaminhamento de documentos ao Ministério Público Federal, ao Banco Central e à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, para avaliação de eventuais providências.

■ A auditoria interna do próprio Cade também reconheceu riscos reputacionais e de integridade na parceria, embora não tenha identificado conflito de interesses concreto envolvendo a associação ou seu presidente.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Ideia de libertar Bolsonaro para arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho

Projeto de anistia a Bolsonaro divide PT e pode derrubar Edinho Silva da presidência do partido

■ Um projeto de anistia a Jair Bolsonaro dividiu o PT e pode culminar com mudança no comando do partido de Lula. Nos bastidores, a ideia de libertar Bolsonaro com a justificativa de arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho Silva, presidente nacional do PT.

■ Sem citar o dirigente, Gleisi Hoffmann criticou a proposta. Em declaração ao ICL Notícias, ela afirmou que a medida era tão absurda que os dirigentes do PT que defenderam a ideia em declaração em off ao jornal Folha de São Paulo sequer apareceram publicamente.

■ O fato é que dentro do PT, esse desgaste recaiu sobre Edinho Silva, que já vem sendo pressionado a deixar a presidência do Partido dos Trabalhadores por conta do fraco desempenho como coordenador da campanha de Lula no primeiro turno da eleição à Presidência.

■ No segundo turno, Edinho perdeu espaço para nomes como André Janones, Camilo Santana e Marco Aurélio de Carvalho, que passaram a ganhar maior protagonismo na campanha.

■ A coluna apurou que já existe um movimento dentro do PT para convencer Edinho Silva a renunciar à presidência da legenda. Caso ele resista, a alternativa discutida é antecipar o Processo de Eleição Direta (PED), para que o partido escolha um novo presidente já no próximo ano.